



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 110

100ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 05

Dep. Luciana Rafagnin 07

Grande Expediente

Dep. Luiz Claudio Romanelli.....07

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati06

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão/Votação

2ª Discussão 11

Discussão Única (Proposições).. 12

Encerramento da Sessão14

DIÁRIO Nº 110

100ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo

Rangel, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, e Valdir Rossoni (29).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademir Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ribas Carli Filho e Waldyr Pugliesi (17).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Teruo Kato (02).

Em licença as Sras. Deputadas Beti Pavin, Rosane Ferreira e os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri e Reni Pereira (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2400**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 256/08, item 06.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 822/07, de sua autoria, tendo em vista a apresentação do Projeto de Lei nº 369/08, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, informa à Mesa Executiva Diretora dos trabalhos legislativos que acompanhará, nesta data, em viagem ao noroeste do Paraná, o Sr. Governador do Estado, razão pela qual REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja-lhe autorizado a se ausentar da presente Sessão Legislativa Ordinária - e, caso ocorra Sessão Extraordinária na presente data, também desta Sessão.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivone Pelissari, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor da Silva Capote, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Otávio Torres Pereira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Amásia Barbosa Sâmará, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cristina de Fatima Paes de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Wambier, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Clara Ferreira da Luz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Silverio, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anarolino Loreno, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos de Oliveira Melo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Valdeci Zacarias de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento de Emerson Luiz de Paula Teixeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Frauzina Simões Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Silvestre Constante, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Kiatikovinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Maysa Cristina do Prado, Auditora Fiscal da Receita do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Pela maneira eficiente, competente, cortês, atuando sempre de forma ímpar, dedicada e com total desvelo no atendimento aos empresários em relação ao fisco e pela contribuição ao estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de louvor aos Soldados da Polícia Militar do Paraná, lotados na Companhia de Polícia de Choque: Anderson Costa de Oliveira e Eliclei de Oliveira, pelo heroísmo na prestação do serviço e brilhante desempenho das suas funções como policiais militares.

Solicito a especial gentileza em notificar os Soldados da Polícia Militar do Paraná, Anderson Costa de Oliveira e Eliclei de Oliveira, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Cleonice Stefani Salvador, Auditora Fiscal da Receita do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Cleonice Stefani Salvador, Auditora Fiscal da Receita do Estado do Paraná, pela maneira eficiente, cortês e eficiente, atuando sempre de forma ímpar, e com total dedicação no atendimento aos empresários em relação ao fisco e pela contribuição ao estado do Paraná.

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 381/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Contorno Pedro Marioto, o contorno sul do município de Jaguapitã, rodovia PR-937, entroncamento que liga as rodovias PR-454 e PR-340.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A denominação de Contorno Pedro Marioto para o referido trecho da rodovia PR-937, entroncamento que liga as rodovias PR-454 e PR-340, objeto do presente projeto de lei é uma justa homenagem a um dos principais pioneiros da região norte do Paraná. Pedro Marioto foi filho de imigrantes italianos e nasceu em 27/12/13 na cidade de São Manoel, Estado de São Paulo.

Em 1945 Pedro Marioto mudou com a esposa Angelina Biazon Marioto e três filhos para o então São José dos Bandeirantes. O pioneiro fixou residência na região da Água Florida, atualmente Conjunto Francisco Consalter, onde passou a exercer atividade rural, especialmente no cultivo de café.

Pedro Marioto esteve presente nos principais acontecimentos na formação da comunidade de Jaguapitã. Em 07/11/47 participou da emancipação política do município, que, que havia sido criado pela Lei Estadual nº 02, de 10 de outubro e passou a ter a atual denominação.

Integrante da primeira leva de colonizadores, Pedro Marioto sempre se destacou por ser uma pessoa de extrema responsabilidade social e política. Ele atuou de forma decisiva na busca de alternativas para o desenvolvimento de Jaguapitã.

Na questão da infra-estrutura urbana, o pioneiro tem como destaque sua colaboração para a construção de prédios históricos para a comunidade, como o Seminário e a Igreja Matriz.

Infelizmente em 02/12/97 veio a falecer, com 84 anos, deixando 13 filhos.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação da presente proposição, que irá homenagear um cidadão paranaense que muito fez pelo município de Jaguapitã e a região norte do Paraná.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputado Chico Noroeste, nossa querida e brilhante Parlamentar Luciana Rafagnin, hoje em festa, em alegria celebrando mais um ano de uma vida abençoada por Deus.

Presidente, houve uma avaliação das faculdades, dos cursos de ensino superior, no Brasil, foram avaliados 1448 cursos nos quase 6 mil municípios brasileiros. Bom, evidentemente tem jovem que tem orgulho de dizer: “Sou aluno da universidade X, da universidade Y”. Aliás tem estudante que tem tanto orgulho, tanta paixão pela escola que estuda que chega a comprar macacão, ou jaqueta com a logomarca da sua escola, de orgulho da escola onde ele está se preparando para o futuro. E o pai que muitas vezes faz quase que o impossível para manter o filho numa universidade, seja ela pública ou particular porque até para manter o filho numa universidade pública tem um custo para o pai enquanto está estudando.

Temos muitos cursos que exigem do aluno tempo integral. Se é um médico, enquanto está fazendo residência, esse aluno está sendo bancado pela sua família, família que faz o maior esforço na expectativa que o filho ou a filha de posse daquele diploma venha a ter uma carreira brilhante como profissional liberal. Agora, e quando o aluno estuda numa faculdade ou numa universidade, seja ela pública ou particular e que essa instituição é avaliada pelo Ministério da Educação e qual é a nota das 1448 faculdades avaliadas pelo MEC, qual a nota que uma boa parte tirou para medir se o curso é bom, se a estrutura da instituição é boa, é competente, se não está ultrapassado? Pasmem os Srs.: 31% dessas instituições tiraram notas que variam de 2 a 5!

Então, para os telespectadores da TV MERCOSUL, da TV SINAL e os nobres Pares poderem entender melhor, equivale ao seu filho chegar em casa com a nota da prova e o pai ou a mãe, naquela expectativa: “Filho, qual a nota que você tirou na prova?” “Mãe, tirei nota 2”. É uma baita decepção, não é? Antigamente o pai pegava o chinelo e dava umas palmadas no bumbum do filho que tirava 2 na escola, uma nota valendo 10. Agora se nota 2 já é péssima, imaginem está aqui no relatório do MEC, teve faculdade que tirou apenas 1, valendo 10, nota 1! Volto a repetir: seu filho chega da escola, da faculdade, você está fazendo o impossível para mantê-lo num curso superior e vai querer saber qual a nota que ele tirou na prova. “Tirei 1”. Às vezes bota a culpa no professor e vai por aí fora.

Agora, o que está acontecendo? Porque no mundo que estamos vivendo, no momento que a humanidade está vivendo, já passou aquele tempo que o cidadão arruma um diploma, ia fazer a faculdade a 300, 400, 500 quilômetros para ir uma vez por mês, uma vez a cada três meses e dali a pouco, dois, três, quatro anos, vinha com o diploma, doutor! Aliás, doutor é só aquele que fez doutorado, mas a maioria não é doutor e coloca que é doutor.

Para que serve este tipo de curso, que muitas vezes o aluno assiste três, quatro aulas, durante o ano inteiro? Eu já peguei documentos redigidos por pessoas que tem lá na parede: “Doutor”. E, pasme, Sr. Presidente, tem mais erros de português do que coisa certa.

Isto acaba até desanimando quem não tem curso superior. Alguma coisa precisa ser consertada. Teve um tempo em que era muito difícil alguém conseguir autorização para montar uma faculdade, uma universidade. Agora, o que tem de curso superior por aí, alguns de alto conceito, nossa homenagem às escolas sérias, onde se ministra um ensino competente, de Primeiro Mundo. Mas, também a nossa crítica pelo despreparo de alguns picaretas que com o respaldo de autoridades de Brasília, pegam salão e muitas vezes não é nem dele, colocam a placa faculdade, o aluno vai lá todo satisfeito. Não resolve mais nada. Ou você é um bom jornalista ou a rádio, o jornal, a TV não vai te dar emprego.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Para ser um bom torneiro mecânico, uma boa empregada doméstica, uma boa cozinheira, uma boa costureira, um bom alfaiate, diploma só, de médico, de advogado, diploma sem competência, não vai ter paciente, cliente e vai ficar reclamando da crise. A crise é ele mesmo quem está fabricando. Ou não estudou ou infelizmente foi vítima de uma péssima instituição de ensino superior, espalhadas por atacado no nosso Brasil. Agora, você imagina, Deputado Durval Amaral, o senhor que é um legalista e Presidente da nossa CCJ, de repente o senhor deita num hospital e vê um médico abrir sua barriga para operar e muitas vezes o senhor desconhece que ele é um destes que estudou onde o curso não valeu nada. Mas, espero que o senhor nunca precise de cirurgia.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

Deputado Antonio Belinati, escuto com atenção seu pronunciamento e traz aqui uma certa preocupação. Mas, não podemos deixar de registrar que a nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, sediada no município de Ponta Grossa, que trouxe quatro cursos com a nota máxima na avaliação: Agronomia, Odontologia, Farmácia e Direito.

Também quero deixar registrado que a UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa, obteve nestes quatro cursos a nota máxima na avaliação que foi feita.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns à Universidade Estadual de Ponta Grossa, à Universidade Estadual de Londrina. Londrina tem grandes universidades. Tem a Pitágoras, UNIFIL, a UNOPAR, UNINORTE, nosso respeito a todas as instituições que se preparam. Com todo o respeito, nossa homenagem aos bons e excelentes cursos de ensino superior. Nossa tristeza, em ver a enorme quantidade de jovens que estão cometendo o equívoco, ainda, de colocar na cabeça que estamos vivendo aquele tempo em que pregar o diploma na parede de casa seria um ponto para ele poder viver e ter uma vida confortável e até ficar rico.

Os grandes profissionais estão ganhando dinheiro e muito dinheiro. Tem advogados aqui no Brasil ganhando 3, 4 R\$ 5 milhões. Tem advogado que uma causa que ele pega, cobra, 1, 2, R\$ 3 milhões. Um grande médico, um grande arquiteto, e vai por aí afora. O bom profissional é respeitado. Não falta clientela. Ao bom médico, não faltam pacientes.

Mas, aproveitando a reprovação, este “puxão de orelha” que o MEC está dando, de 1448 cursos superiores, 31%, olha a grande quantidade, tirar nota de 2 a 5 e alguns tiraram apenas nota 1. Esses cursos para mim, deveriam ser fechados porque não estão preparando ninguém para nada. Pelo contrário, estão despreparando os nossos jovens.

Sr. Presidente, a nossa expectativa de que chegue um dia - pode ser que nunca chegue - que cada jovem ao sair da universidade, que ele tenha concluído o curso numa instituição de professores competentes e, não apenas de picaretas que montam escolas ganhando milhões nessa ganância de querer ficar milionário, mas sem nenhum preparo, sem nenhum cuidado, sem nenhum respeito com o nosso jovem que vai a universidade, às vezes enfrentando até o perigo das nossas estradas. De repente, ela sai sem nenhum preparo conveniente para que ele seja um grande profissional. Evidente, que tem também à parte do mau aluno. Não estamos falando daquele mau aluno, que vai à escola por ir. Estamos falando daquele que acredita que está cursando uma grande universidade e, de repente, mal sabe ele que ali pouco está aprendendo porque a direção da escola, infelizmente, ela está apenas de olho no dinheiro de seus alunos.

Tomará, Sr. Presidente, que numa avaliação futura possamos ver as nossas universidades galgando uma pontuação melhor. Ou seja, para que isso aconteça, elas têm que melhorar com urgência o nível, a qualidade de ensino ministrado, para os universitários brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Elio Rusch.

(Declina)

Solicito a algum Deputado, por gentileza, que ocupe o lugar da 2ª Secretária Deputada Luciana Rafagnin, para que ela possa fazer uso da palavra.

Com a palavra a Deputada Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente. Srs. Deputados, hoje é um dia bastante especial, acredito que para todos nós brasileiros, mas de uma maneira especial para as mulheres. O Lula sancionou no dia de ontem, a Licença Maternidade de seis meses. Sabemos que é um grande avanço para as mulheres, principalmente, quem é mãe sabe da importância que tem isso, da importância que tem dois meses a mais para poder ficar junto com o seu filho, pensar na educação, pensar, principalmente na saúde do seu filho, que sabemos que depende muito dos primeiros seis meses de vida.

Então a Licença Maternidade de seis meses é uma reivindicação antiga, uma luta antiga das mulheres, da Organização das Mulheres, da Secretaria Especial de Mulheres. Ficamos felizes quando vemos que o Presidente sanciona, sabemos que isso ainda fica facultativo às empresas, mas as empresas vão receber um incentivo para conceder essa Licença Maternidade de 180 dias e, mais do que isso vale muito a conscientização dos empresários, do patrão sabendo o quanto que vai ser bom para o novo cidadão, ele poder ficar contando com a mãe dois meses a mais, podendo ter a amamentação, podendo ter todos os cuidados iniciais da vida dessa criança, da vida desse brasileiro que nasce e com toda a certeza vai nos encher de orgulho, porque o acompanhamento da mãe nesses primeiros meses decide muito o futuro dele depois.

Ficamos felizes com isso e, também, dizer que vivemos um bom momento na economia do nosso país. Vemos o crescimento econômico, inclusive os dados de hoje, já nos trazem a questão do PIB que superou a expectativa desse segundo trimestre. Superou a expectativa e cresce 6.1%, na comparação do igual período de 2007. Então, é uma boa notícia que temos.

Se olharmos a questão da geração de empregos, que estão sendo gerados todo mês, estamos batendo recordes na questão de geração de empregos e isso diz muito para nós. Quando vemos também, os dados apresentados no combate à pobreza no nosso país, estamos com o Brasil um pouco mais igual e vejo isso com muita satisfação, porque o Presidente Lula e o Vice-Presidente, que também tem acompanhado e dado o apoio e o suporte necessário na administração deste país. Mas o Presidente Lula sempre teve um grande sonho, o sonho de administrar este país para fazer do Brasil um país com mais igualdade. E nós percebemos que a cada dia que passa, realmente esse sonho está se realizando e isso é bom, porque é a oportunidade que os brasileiros estão tendo de serem um pouco mais cidadãos, de terem uma oportunidade de terem um trabalho, de terem uma qualificação de mão-de-obra, porque estão surgindo muitos cursos profissionalizantes e junto com isso e recurso que está sendo investido na Educação, que é fundamental.

Se olharmos agora a recente conquista e a descoberta da questão do pré-sal, mais do que isso, é importante o pronunciamento do Presidente Lula no dia 07 de setembro, no dia em que nós aqui comemoramos a nossa independência, a independência do nosso país e o Presidente Lula falava com muito orgulho com relação ao pré-sal, falava que não adianta o país se tornar rico se tivermos pessoas passando fome, se tivermos uma pobreza crescendo cada vez mais em nosso país. E aí sim o destino desse recurso, que vai, com toda certeza, para a Educação no nosso país e para o combate à pobreza, o combate à miséria.

Então, nós percebemos que o Brasil vive este bom momento e vai investindo naqueles que mais necessitam de apoio e de investimento, que são as pessoas mais carentes do nosso país, as pessoas pobres. E ficamos muito felizes em ver que a cada dia que passa, embora ainda estejamos longe de uma igualdade, estamos um pouco mais igual ou com um pouco menos de desigualdade. E nós lutamos muito para que realmente possamos ter um Brasil com justiça social e, esse Brasil que sonhamos ou essa mudança que sonhamos está dentro de nós. Então, cada um de nós também é responsável para fazer a sua parte, cada um de nós tem a grande responsabilidade de fazer com que o Brasil e os brasileiros possam também ter mais oportunidade, ter voz e ter vez.

Fico feliz também e queria aproveitar este momento para dizer que o bom momento que vivemos no nosso país, também vivemos no nosso estado do Paraná. O Paraná, mais uma vez, vem se consolidando, vem ficando com o primeiro lugar na produção nacional de grãos. Segundo o IBGE o Paraná produzia 31,32 milhões de toneladas de grãos e isso corresponde a 21% da safra agrícola nacional. Então, é muito importante vivermos esse bom momento também no nosso estado do Paraná. Parabéns também a todos nós paranaenses, principalmente os agricultores e agricultoras! Parabéns ao Governo do Paraná, que está trabalhando muito bem e vem incentivando a nossa agricultura! E, de uma maneira especial, parabéns para o nosso Brasil, porque o Governo Lula vem sabendo administrar muito bem e aos poucos vamos sendo um país com mais igualdades!

Obrigada Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo esta tarde na tribuna para poder comentar um assunto que eu entendo absolutamente relevante, porque a cada dia

chegam as notícias de quanto subjetiva está a análise de cada um dos Juízes Eleitorais nas comarcas desse estado do Paraná.

Deputado Stephanes Júnior, sinceramente lutamos para ter nesse país um estado democrático de direito para fazer prevalecer um estrito sentimento de que a lei tem que prevalecer. Mas o que está ocorrendo, sinceramente são coisas absolutamente despossuídas de qualquer valor no aspecto democrático. Porque, Deputado Dobrandino, lá em Foz do Iguaçu tem um entendimento, na comarca vizinha, em Medianeira, é outro entendimento, por conta do quê? Por conta primeiro que cada um dos Juízes, - os Juízes são homens e mulheres que de forma geral são pessoas preparadas - são pessoas responsáveis, são pessoas que se dedicaram durante anos ao estudo sistemático do Direito para que pudessem aplicar a lei, interpretando-a, e ao mesmo tempo são pessoas que têm valores do ponto de vista sociais, do seu entendimento em relação a valorização daquilo que é certo e do que é errado.

Ora, o que aconteceu? a resolução do TSE que está em vigor ela é tão ampla que possibilita cada um aplicar a lei ao caso concreto de acordo com o seu entendimento pessoal. E o nosso Tribunal Regional Eleitoral aqui do Paraná ele não firmou uma jurisprudência, eu diria, nem seria jurisprudência, mas não firmou entendimento, especialmente sobre a propaganda eleitoral, Presidente Nelson Justus. E o que está ocorrendo? Tem Juiz, que está completamente fora daquilo que se espera de alguém que tenha responsabilidade de promover a Justiça, de promover a prestação jurisdicional, especialmente no pleito eleitoral, o Juiz Eleitoral não é o protagonista da eleição, o Juiz é o único representando uma justiça especializada como a eleitoral, ela promove para que nós possamos aplicar a regra da democracia, que é fazer com que os candidatos possam aparecer, e esses sim são os que interessam para o processo eleitoral.

E olha, sinceramente é de não comentar o que está acontecendo nessas eleições aqui no estado do Paraná, tem Juiz baixando portarias dizendo por exemplo: “Olha, o candidato a Vereador de tal cidade ele tem que dar qual é o roteiro que ele vai fazer de segunda a segunda, para dizer aonde ele vai”. Se submeter a orientação, a situações em que se proíbe quem a pessoa contratar, o candidato a Vereador, “Olha, cada Vereador só pode contratar dois cabos eleitorais, não pode contratar mais do que isso”. Sem falar em tantas bobagens, que têm acontecido, que fogem completamente à lógica daquilo que nós esperamos num regular processo democrático.

Outro dia, ainda o Deputado Caíto Quintana veio a essa tribuna para fazer, Sr. Presidente, formular um convite para que o Presidente do TRE pudesse vir a essa Casa para poder promover um debate, afinal de contas nós, o Parlamento, somos eleitos para representar a vontade do povo, e o Tribunal Eleitoral do Paraná ele é composto por homens e mulheres, é uma composição que é

mista, Juízes Federais, observa-se o quinto constitucional que é indicado pela OAB, os mandatos são temporários por conta que são nomeados pelo Presidente da República, é uma característica diferente, a do Tribunal tem dois Desembargadores, tem dois ou um Juiz Estadual. Mas essa composição na verdade ela se alterna, o representante do Ministério Público Federal, um dos mais ilustres e brilhantes juristas da sua época. Uma pessoa altamente qualificada. O Paraná é campeão nacional dessa coisa esdrúxula chamada - perda do mandato por infidelidade partidária. Foi por conta de uma decisão do TSE e STF, legislando, usurpando o poder do Congresso Nacional. E ou reiterar a minha crítica, o Congresso Nacional não legislar, não faz aquilo que deveria fazer.

Aqui no Paraná a ilegitimidade do Ministério Público em propor a perda do mandato por infidelidade partidária vai ficar patente. O TSE e o STF vão julgar que são ilegais as representações formuladas pelo Ministério Público Federal. E aqui no Paraná as injustiças aconteceram em grande número.

Vivi a democracia nesse país, após a eleição de Tancredo Neves em 1985, quando, em 1984 nas ruas nos mobilizamos, fizemos a campanha das Diretas Já. Elegermos o Presidente Tancredo Neves no colégio eleitoral. Estou resgatando esse processo, porque quando foi restabelecido o estado democrático de direito pleno, quando entrou em vigor a Constituição de 1988. Com o Ato Institucional nº 02 de 1965 tivemos o fim dos partidos políticos do Brasil. Tivemos implantado no Brasil o bipartidarismo - ARENA e MDB, um de Oposição e outro de Situação.

E, depois com o advento da Lei nº 5682 de 1971, o partido político era uma pessoa jurídica de direito público interno. Vivíamos na ditadura, mas o partido político tinha uma regra clara de funcionamento. Tínhamos uma tutela pela Justiça Eleitoral, sem haver a figura do observador eleitoral. Mas os partidos no Brasil, nas três esferas, o filiado tinha direito de votar e ser votado. E este filiado era portador de direitos. Nunca um diretório municipal deixava de ser constituído através de uma regular convenção. Esta convenção tinha valor legal e não era dissolvido senão, por uma gravíssima infração cometida contra as diretrizes partidárias.

Muito bem, na ditadura posso assegurar, tínhamos democracia nos partidos políticos. Paradoxalmente veio a convenção de 1988, e o constituinte, na ânsia de buscar liberdade, faz com que o partido político no Brasil volte a ser uma pessoa jurídica de direito privado. E veio uma nova lei, a Lei nº 9096, que estabelece alguns critérios mínimos para funcionamento dos partidos políticos do Brasil.

E qual o resultado disso? Na ditadura tínhamos democracia nos partidos políticos. Com a democracia vem a ditadura dos partidos políticos. Porque as cúpulas partidárias se formaram, a partir da provisoriidade das comissões. O filiado passou a ter quase direito nenhum.

As convenções, que eram democráticas, passaram a ser cada vez menores e alguns partidos políticos passaram a ter quase valor nenhum do ponto de vista da sua estrutura partidária. Na verdade, é um complô de pessoas que, muitas vezes, autoritárias, não respeitam a decisão da maioria.

Nesse modelo de democracia que temos, democracia republicana, Deputado Rossoni, temos uma ditadura partidária. As cúpulas partidárias dissolvem os diretórios municipais para poder atender aos interesses menores de cada chefe político local. Qual é o resultado? O Vereador, lá na ponta, é um hipossuficiente, ele não consegue lutar contra a estrutura política. Tem um Deputado da região, que é forte politicamente, e que dá as ordens. Muitas vezes, dá as ordens não sendo bem do partido que integra o Vereador, que pertence a um partido estadual, mas dá as ordens porque ele tem uma dobrada política com este ou com aquele, que serve a um interesse. Então, o diretório municipal é dissolvido, e aí o Vereador tem que sair daquele partido, porque senão nem legenda vai ganhar do partido político que ele pertence.

Deputado Stephanes Júnior, se um Parlamentar for expulso de um partido por infidelidade partidária vai perder o mandato. Um partido político, hoje, pode chegar lá na frente e não dar legenda para aquele Parlamentar. Um Deputado aqui poderá correr o risco de não ter legenda no partido que ele integra, porque não tem mais candidatura a nada. Olha, o que acontece na prática? Quando estamos tratando de um Deputado é diferente. Deputado tem força política. Mas e o Vereador lá na ponta? Ele é dissolvido, é obrigado a se transferir de partido e aí vem o Procurador Eleitoral e fala o seguinte: “Olha, cometeu grave infidelidade partidária, trocou de partido no exercício do mandato parlamentar.” O Vereador fala: “Ah, mas eu tenho uma justa causa para ter trocado. Olha aqui. Aqui há uma grave perseguição pessoal”. Aí o tribunal fala: “Não, o nosso precedente aqui é outro. Aqui não é assim.” E aí um pelotão de fuzilamento contra os Vereadores e nós não dizemos nada.

O fato é que ou nós reagimos e cobramos do Congresso Nacional uma legislação eleitoral que seja garantista, no sentido de que as pessoas que possam disputar as eleições sejam os protagonistas, ou daqui para frente os eleitos serão os Promotores e Juízes porque, certamente, eles vão estar disputando as eleições, eles querem ser protagonistas das eleições. Temos que ter coragem. Desculpem, V. Exas., mas precisamos ter coragem de enfrentar essa situação e trabalhar para modificá-la, para resolvê-la. Temos que documentar. Faço um apelo a V. Exas.: vamos documentar os abusos e absurdos que estão sendo cometidos, porque isso tudo haverá de se formar.

Sr. Presidente, estou aqui pensando, talvez, esta Casa pudesse formar uma Comissão especial para poder justamente acompanhar e documentar isso que está acontecendo para que, tão logo terminemos o processo

eleitoral, se o Congresso fizer a reforma política. Dizem que vão fazer agora, embora com este Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Péricles, me desculpe, eu sei que ele é do seu partido, mas, sinceramente, o PT escolheu mal o Presidente da Câmara dos Deputados. O Arlindo Chinaglia, não está à altura do cargo. Desculpe dizer isso. Tantos quadros que o PT tem, gente extraordinária, mas esse certamente não está à altura. Deixasse o Aldo Rebelo do PC do B que teríamos um grande ganho.

Espero que o PT possa respeitar o acordo e possamos eleger o Michel Temer como Presidente da Câmara dos Deputados, o Tião Viana Presidente do Senado da República, que são duas pessoas independentes, firmes e vão melhorar muito a representação política no Congresso Nacional. O Congresso tem que modificar essa legislação, tem que fazer uma legislação específica para se respeitar o processo eleitoral, sob o risco, Excelências, porque hoje quem está disputando eleição e estão sofrendo na carne são os candidatos a Prefeito e Vereadores, amanhã serão V. Exa. e V. Exas. vão ver o quanto que esses Juízes vão atrapalhar o processo eleitoral legítimo.

V. Exas. me conhecem, minha campanha eleitoral e as campanhas que tenho participado, até tem muito candidato, principalmente candidato à reeleição, que está adorando a postura dos Juízes, para quem está no poder é muito bom. Agora, quem está na Oposição não consegue fazer campanha, porque tudo é proibido e é da discricionariedade do Juiz. E claro, basta ir ao TRE, hoje, entupiram o TRE de impugnações contra candidatos a Prefeito e a Vereador. O TRE já venceu o prazo dele, o prazo era dia 06 de setembro, o que aconteceu? Não conseguiu cumprir o prazo, primeiro porque ficou meses discutindo a questão dos Vereadores e quando tinha que apreciar os feitos relativos aos recursos, as impugnações, não tinha tempo. Ontem, na pauta do tribunal tinha 276 processos para serem relatados e julgados.

Então, olha, Excelências, entendo que há de se fazer uma reflexão sobre tudo isso. As coisas que aconteceram e se multiplicam, não são frutos da má gestão do processo eleitoral, não é isso, vou repetir, os Juízes, Promotores, são pessoas preparadas, em geral, são pessoas do bem, agora, a legislação é que está errada, temos que mudar a lei. Ou mudamos a lei ou a subjetividade vai continuar prevalecendo, porque no nosso país, quem estudou Direito sabe disso, o nosso Direito é positivista, está positivado, vale o que está na lei, só que não temos aqui, olha, isso é muito grave, basta ver o que o STF está fazendo. O STF está sumulando cada vez mais, trabalhando em cima de precedentes judiciais que não é o modelo de direito que temos, o direito do precedente judicial *commomlaw*, é do direito formado a partir das decisões judiciais, que é o Direito britânico, o Direito norte-americano, que é diferente do nosso Direito que tem origem no Direito romano, no Direito alemão.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Então, temos que ter, de fato, a clareza de reconhecer que o momento é um momento complexo e há uma interferência muito grave, sem falar, claro, do caso famoso do Padre de Verê, o Padre que diz o que pode e o que não pode, que também é um caso emblemático, onde o Padre faz às vezes do sensor e diz o que pode e o que não pode, quando que o candidato não pode falar mal do passado do adversário, não pode fazer nada, só pode falar do futuro, o município é Verê. O Padre é quem coordena o processo eleitoral. Mas, aí, claro, é pela moral do Padre, quanto a isso é um direito que o Padre tem se os candidatos se submetem a isso, certamente o Padre é a maior liderança política do município. Agora, em relação àqueles que têm que aplicar a lei, que são os Juízes, esses são os Juízes, esse é o Congresso Nacional que tem que ter uma lei muito detalhada e muito específica.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, presto muita atenção em seu pronunciamento e, na verdade, tenho visto acontecer coisas estranhas nessa eleição. Mas, não podemos tapar o Sol com a peneira, legisladores somos nós, se o Congresso Nacional por incompetência ou não sei por que não legisla, o que está acontecendo? Quem está legislando é o Judiciário, interpreta, tira decisões, porque nós, legisladores, não temos competência para legislar. Não quero atribuir essa culpa à Assembléia Legislativa porque não é de competência do estado, mas temos que, aqui, fazer a *mea culpa* e assumir o que compete aos legisladores brasileiros, o Congresso Nacional é que tem essa dívida.

Alguém pode estar dizendo que o Deputado Rossoni está fazendo uma crítica ao Congresso Nacional. Estou sim. Fico abismado quando vejo decisões do Supremo, porque o Congresso Nacional não legisla. Essa confusão que está aí, que tomou conta das eleições municipais, acho que vamos para o ano de 2100 e ainda os casos estarão todos julgados. A culpa não é do Judiciário, a culpa é dos legisladores. Não é para menos que temos essa avaliação pública do Congresso Nacional. Não damos as respostas necessárias à população. E no momento da eleição ficamos aqui e nos lembramos que temos que legislar. Somos nós que temos que legislar. O povo nos elegeu para legislar.

Há um grande pecado da nossa Casa. Hoje estamos aqui e há que se entender que estamos no período de eleição, praticamente na véspera. Quando tem projetos fundamentais nesta Casa, qual é o erro que cometemos? O erro do atropelo e da pressa. Errei nisso, como Líder do Governo. V. Exa. comete o mesmo erro como Líder do Governo. Temos que amadurecer mais as coisas quem vêm para esta Casa, debater, chamar a sociedade, aprimorar, aperfeiçoar e dar a nossa contribuição. Não adianta

esmurramos em ponta de faca. Quem tem que legislar é o legislador: Deputados e Senadores. Infelizmente, não o estão fazendo e não adianta jogarmos a culpa no Judiciário, porque têm casos que ele decide sem a lei e sem os legisladores, que somos nós.

Obrigado pelo aparte. Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento. Mas que este momento da eleição municipal que estamos vivendo, sirva de exemplo também para a nossa Casa, nos momentos em que estivermos aqui discutindo projetos que são de interesse da população.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni. O seu aparte contribui para poder aprimorar esta nossa intervenção. Concordo com V. Exa.

Sou um partidário do debate, da discussão. Tenho tentado, o máximo possível, promover um exercício de uma Liderança do Governo de forma democrática. Ao mesmo tempo, é claro que reconheço que esta Casa, diferente do Congresso Nacional, tem tido uma produção legislativa importante. Entendo que nós, nesta Casa, não temos faltado com nossas responsabilidades. Mas entendo, sim, que podemos, cada vez mais, nos aprimorar em relação ao debate, a promover as Audiências Públicas ao ouvir os especialistas, para podermos melhorar cada vez mais tanto as leis que têm origem neste Parlamento, quanto aquelas mensagens de anteprojetos que recebemos do Poder Executivo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas está vinculado à Assembléia Legislativa, mas o Ministério Público, que é um órgão, tem uma natureza especial.

Sr. Presidente, este pronunciamento é no sentido de fazermos uma reflexão, mas também de documentar o que está acontecendo. Quando o Congresso Nacional estiver promovendo um debate sobre reforma política, temos que dar a nossa contribuição. Não podemos nos omitir. Eu nunca me omito. Sempre tenho posição, certo ou errado, divergindo ou concordando, nunca ninguém vai me ver em cima do muro.

Por isso, não poderia deixar de registrar desta tribuna o meu posicionamento em relação à imensa subjetividade que temos no texto da norma legal, que regulamenta as eleições de 2008, provocando seguramente uma inversão de papéis e transformando os Juízes em protagonistas e não aqueles que são verdadeiramente os destinatários da norma, da lei e do processo eleitoral, que são os candidatos a Prefeito, a Prefeita, Vice-Prefeito, Vice-Prefeita, a Vereadores e Vereadoras.

Era isto, Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças:

(Todas declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2399, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando autorização para se ausentar da Sessão Ordinária de 10/09/08, por motivo de viagem ao Noroeste do Paraná, acompanhando o Sr. Governador do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2400, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação:

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2008. Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/08, que estabelece a política de turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CICTM. COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, nós temos uma emenda no item 6. Só estamos colhendo as cinco assinaturas e já está chegando a emenda à Mesa em relação ao item 6. Nossa assessoria está levando a emenda para que o projeto possa voltar para a CCJ.

O requerimento é um pedido de retirada da pauta. Eu tinha entrado em contato com a Liderança do Governo...

(**Vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O requerimento fica sem efeito. Há emenda então no item 6, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 256/08

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 256/08, oriundo da Mensagem 019/08 do Governo do Estado, tem por objetivo alterar a redação originalmente proposta para o inciso do artigo 5º e artigo 6º, conforme redação que segue:

“Art. 5º...

I - O Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, criado pela Lei nº 5948 de 27/05/69 alterada pela Lei nº 388 de 20/10/86.

Art. 6º. Compete à Secretária de Estado do Turismo a definição de diretrizes, a proposição e a implantação da política de Governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção e a normatização, a fiscalização, a divulgação e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, competindo-lhe ainda, para a realização dos seus objetivos.”

Sala das Sessões, em 10/09/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, CHICO NOROESTE E ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é necessária para corrigir a redação dos dispositivos referidos no que respeita à técnica legislativa para a elaboração das leis, cujo texto não poderá ficar a mercê dos atos normativos infralegais, como decretos, portarias ou resoluções que são de cunho regulamentar e emanadas do Poder Executivo. Atos administrativos desta espécie são mais dinâmicos e podem ser revogados pela autoridade singular que os editou, segundo seu poder discricionário, sem maiores formalidades. Não têm eles o mesmo caráter de perenidade que deve norteia a produção das normas emanadas do Poder Legislativo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, eu solicitaria ao Deputado...

(**Vozes paralelas**)

... só que tínhamos uma outra emenda, só que a emenda não estava pronta, até atendendo a solicitação da Associação dos Municípios de Turismo do Estado do Paraná que nos procuraram porque queriam fazer alguma emenda também nesse projeto, mas já que a Liderança do Governo entende que deve ser votado, aí nós apresentamos uma emenda corretiva que impossibilita apresentar outras emendas.

Se de repente o Líder do Governo ainda concordar conosco e retirar por duas ou três Sessões, aí iríamos retirar a emenda e votaríamos o requerimento.

Não sei se o Líder do Governo concorda ou não?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte - esse projeto de lei está há meses tramitando nesta Casa, percorreu com absoluta naturalidade todas as Comissões que ele deveria percorrer, foi votado regularmente e tendo que, na verdade, ao tempo de votar essa política de turismo no estado, já está em tempo.

Então, eu não concordei, claro que a Oposição pode oferecer emendas, é o processo legislativo, mas eu não concordo com a retirada da Sessão.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Por esta razão a Oposição está ingressando com uma emenda. O projeto retorna a CCJ. **O item 6, portanto, retorna à CCJ.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina rodovia Guilherme Kantor a rodovia estadual, PR-281, nos trechos que ligam Fluviópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Só para passar um comunicado de grande importância que tem o apoio desta Assembléia Legislativa, acontece hoje às 18 horas na Esplanada do Tribunal de Justiça, 1º andar do anexo, o lançamento da segunda fase da campanha - Mude Destino da Associação dos Magistrados Brasileiros - e participaram do encontro o Presidente da AMB, Mozart Valadares, e o Coordenador nacional da campanha, Francisco Oliveira Netto.

Nessa segunda fase, Sr. Presidente, o foco passa a ser a adoção e a importância que ela seja feita de maneira legal no país, ou seja, por meio do Poder Judiciário, com isso evita-se a chamada adoção a brasileira que apela para o chamado jeitinho que dispensa os procedimentos legais e acaba trazendo insegurança à criança e também aos pais adotivos. Como a Assembléia, os nobres Deputados estão apresentando também projetos de incentivo à adoção legal, eu acho que é de extrema importância salientar esse encontro que vai acontecer hoje às 18 horas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário turístico oficial do estado do Paraná, o Festival Lupaluna. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no âmbito do estado do Paraná, o mês da conscientização da manutenção preventiva de veículos automotores, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

Conforme ficou acordado na Sessão de ontem o item 2 e o item 1 seriam votados conjuntamente. São dois vetos que autorizam a estadualização de rodovias municipais, por essa razão vamos votar os dois vetos de uma só vez.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos apreciar nesse momento o projeto de minha autoria e de autoria do Líder do Governo, Deputado Romanelli, de um Deputado de Oposição com um representante do Governo. É um projeto importante, projeto que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marmeleiro, é um sonho daquela cidade, dos cidadãos de Rebouças. Esta estrada é de extrema importância e só através da estadualização ela pode se concretizar! Mas, Srs. Deputados eu venho aqui para fazer um encaminhamento para derrubada do veto porque esse projeto já foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Passou por todas as

Comissões e, por unanimidade recebeu o nosso aval, o aval do Poder Legislativo! Foi para o Poder Executivo, chegou à mesa do Sr. Governador Roberto Requião e ele vetou, ele não deixou que esse projeto entrasse em vigor!

Ele está retornando a essa Casa e agora nós estamos precisando de votos, eu acreditava que nós teríamos pelo menos 2, o meu voto e o voto do Deputado Luiz Claudio Romanelli, pois ele também é co-autor do projeto. O Deputado Belinati com certeza também vai votar pela derrubada do veto e gostaria de pedir o auxílio dos demais Parlamentares.

Ontem nós já fizemos este encaminhamento, Sr. Presidente, e não teve o quórum necessário para conseguirmos derrubar o veto, por isso eu fiz um estudo para sabermos quantos vetos o Sr. Governador já fez a esta Casa de Leis, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e pasmem os senhores, pasmem Srs. cidadãos, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresentou inúmeros projetos de grande relevância para o estado paranaense e o Sr. Governador, o Poder Executivo vetou 176 projetos dos Srs. Deputados, que foram aprovados aqui nesta Casa, foram para o Poder Executivo e receberam o veto. A proibição do Sr. Governador.

Apresentei aqui na Assembléia em torno de 80 projetos já, mas infelizmente, não tive um projeto sancionado pelo Governador Roberto Requião. Talvez porque eu seja de Oposição, ou talvez porque eu faça as minhas cobranças de maneira contundentes todos os dias aqui na Assembléia Legislativa. Mas, não é somente para o Deputado Marcelo Rangel, outros Parlamentares da base de Governo receberam os seus vetos. Fiz a pesquisa, o meu gabinete levantou que sete projetos do Deputado Alexandre Curi, que é o nosso companheiro, que faz parte da Bancada do Governo foram vetados. Quatro projetos do Deputado Romanelli que é Líder do Governo, também foram vetados. Seis projetos do Presidente da Assembléia Legislativa, também foram vetados, pelo Sr. Governador. Enfim onze projetos de minha autoria já foram vetados. Foram 176. Agora o mais incrível, até os projetos do próprio Poder Executivo foram vetados, treze projetos que o próprio Governador ou o Poder Executivo mandou para a Assembléia, depois quando retornou foram vetados. Eu não consigo entender!

Sr. Presidente, estou fazendo um encaminhamento e pedindo aos Parlamentares, para que a Assembléia Legislativa levante a voz. Nós precisamos. Precisamos também mostrar a nossa força, a força do Poder Legislativo, porque fazemos as leis e as leis, infelizmente, não estão caminhando, porque o Poder Executivo não está deixando. Acho que precisamos levantar a voz nesse momento derrubando esse veto. O veto que é de autoria do Deputado Marcelo e do Deputado Luiz Claudio Romanelli que é Líder do Governo.

Peço, Deputado Romanelli, como companheiro e colega Parlamentar, que o senhor que sabe da importância desse projeto conte conosco, vamos derrubar o veto do Sr. Governador. Vamos dar essa alegria para aquela

região de Rebouças, de Rio Azul, de Mallet, de Irati. É um projeto muito importante.

Srs. Parlamentares, vamos levantar a voz Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, entendo os arroubos de valentia do nosso jovem Deputado - no bom sentido aqui, naturalmente, não vá se ofender com o que estou falando.

Quero dizer que quando apresentei esse projeto o Deputado Marcelo Rangel se associou e, ainda era uma época em que o Governo não havia decidido por vetar os projetos que tenha essa natureza autorizatória. Sabemos invade a competência do Poder Executivo. Nós, efetivamente, temos que reconhecer que essa Casa tem mudado também o seu entendimento. Eu mesmo nesse Plenário, até houve uma contrariedade, quando o ano passado, falei isso. Tenho aqui como Líder do Governo encaminhado pela manutenção dos vetos em projetos iguais a esse. Esse projeto eu fiz, porque é uma reivindicação do município de Rebouças por conta da dificuldade que o município tem em promover, justamente, a manutenção daquele trecho de rodovia, que vai sair numa estrada que liga São Mateus do Sul e, que possibilita um trânsito de veículo, mas é uma estrada municipal. Temos que reconhecer isso.

Qual é a solução? a solução é que possamos de fato ter um convênio do DER com o município de Rebouças. Tenho conversado, especialmente, com algumas pessoas - não vou falar aqui para não cometer nenhum crime eleitoral - mas fazendo uma parceria com o estado, que é o que interessa Deputado Marcelo Rangel, vamos conseguir fazer a manutenção deste trecho da rodovia, que não é de pavimentação asfáltica. Na verdade, vai fazer uma manutenção ou com calçamento de pedra irregular ou uma boa manutenção mesmo, que pode ser feita, inclusive, no Ministério da Agricultura readequação da estrada, com cascalhamento, que deixe-a em condições de trânsito normal, para poder fazer com que a safra e as pessoas possam transitar normalmente.

Então, só quero dizer que não posso ser incoerente. Outro dia mesmo pedi pela manutenção de um veto apostado a um projeto de V. Exa., com o mesmo caráter. Também não posso, aqui, como Líder do Governo, querer, pretender ter uma situação privilegiada e especial em relação ao projeto de minha autoria.

Então, quero pedir aos Parlamentares da nossa base que votem pela manutenção do veto, até para mostrar que exerço com isonomia e respeitando o direito à igualdade de todos, aqui, o exercício da Liderança do Governo. Então, peço a manutenção do veto apostado pelo Governador Roberto Requião.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para corroborar e para contribuir com a discussão, quero deixar claro que o veto existe para ser ou mantido ou derrubado. E este Plenário é soberano para manter ou derrubar o veto. E aí sim, o Presidente promulgar ou não, caso ele seja derrubado.

O que efetivamente temos que nos preocupar é com a constitucionalidade de algumas questões. Principalmente no que diz respeito aos projetos autorizatórios. Mas, se efetivamente nós resolvermos manter ou derrubar o veto, é uma prerrogativa do Plenário e temos que contribuir com isso. A Casa não pode se omitir em momento algum.

Que realmente V. Exa cobre-se de razão, não tenho dúvida, porque parece estranho - e eu fui um dos defensores do voto aberto, exatamente em função disso - nós temos que ter a coragem de manter ou derrubar o veto, abertamente. E é o que o Plenário tem feito. Temos que nos ater para esta questão da constitucionalidade e acho que a CCJ poderia nos auxiliar muito nisso, também, evitando que estes projetos viessem a Plenário, quando fossem inconstitucionais.

Agradeço o posicionamento de V. Exa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu já manifestei várias vezes, acho que um projeto autorizatório é plenamente constitucional. É uma forma do Parlamento se adiantar ao Executivo, autorizando que o Executivo realize determinada obra ou programa.

Fiz um projeto, recentemente, criando a rádio na escola e a CCJ sugeriu que eu transformasse em indicação legislativa. Eu acho que isto só agiliza o Parlamento. Fui Vereador em Ponta Grossa seis anos. Lá a Câmara sempre aprovou projetos autorizatórios. Não vejo nenhum problema do ponto de vista do conteúdo. Aprovar um projeto como este não tem nenhum problema. O Governo vai fazer se quiser. Nós estamos autorizando que ele faça. Depende da vontade do Executivo. Mas, é uma forma do Parlamento mostrar sua força, sua vontade, e se adiantar a algumas questões que julga de interesse público.

Por isso, vou votar contra o veto e acho que devemos aprofundar a discussão. Mesmo porque se a CCJ deu parecer favorável autorizatório, ela tem que dar para todos. Vou me dirigir na próxima reunião da CCJ para levantar este questionamento. Mas, o meu voto é contra o veto, pelos motivos alegados.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Na verdade, o veto apostado pelo Sr. Governador não é com relação à constitucionalidade. Diz ser contrário ao interesse público. Ele fez esta justificativa. E é na verdade, de interesse público.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida.

Para manutenção do veto, os Srs. Deputados deverão digitar o advérbio "SIM" e para derrubar o veto, deverão digitar "NÃO". Portanto, peço que iniciem sua votação.

Quinze Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO. Seis votos SIM.

Como temos somente 22 Deputados presentes, nós passamos os mesmos vetos para a Sessão de segunda-feira, porque não tínhamos os 28 Srs. Deputados na hora da votação.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2378, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2377, 2379 e 2380, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2383, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2384 a 2398, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 025 e 026/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 152, 174, 232, 017/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 208, 215, 332/08.

Levanta-se a Sessão.